

O INVESTIMENTO DISCURSIVO-MIDIÁTICO SOBRE O CORPO TRANSEXUAL: O DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE¹

Érica Danielle Silva – erica_dsilv@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-1106-4272>

RESUMO: Este artigo privilegia o investimento discursivo-midiático sobre o corpo transexual na contemporaneidade. Filiando-nos aos pressupostos teórico-metodológicos erigidos por Michel Foucault, tal como têm se desenvolvido no Brasil, lançamos um olhar descritivo-interpretativo para uma série enunciativa formada por capas de revistas, considerando-as como lugares de enunciação, cuja função de existência possibilita construir percursos temáticos que trazem à tona dispositivos e configurações significantes, que produzem sentidos sobre a transexualidade. Objetivamos compreender o funcionamento do dispositivo da transexualidade em práticas discursivo-midiáticas materializadas em capas de revistas que versam sobre o corpo transexual. No gesto analítico empreendido, verificou-se três grandes modos de enunciar o corpo transexual: o corpo belo, o corpo inovador e o corpo exótico. Nessa dispersão de sentidos, revelou-se a unidade discursiva da produtividade, enquanto necessidade emergente de participar de outros espaços sociais até então interditados a esses sujeitos. A produtividade se dá na ruptura das subjetividades, que denuncia uma emergência discursiva do governo da população para a produção e validação de verdades e, conseqüentemente, para o exercício de práticas disciplinares e regulamentadoras, graças à positividade do poder. Isso porque esses saberes funcionam como estratégias discursivas que atendem a uma demanda política contemporânea, que consiste em colocar o sujeito transexual na cadeia produtiva social.

PALAVRAS-CHAVE: corpo; transexualidade; mecanismos de poder; dispositivo da transexualidade.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as inquietações políticas e sociais emergentes na contemporaneidade estão aquelas que colocam a diversidade, sobretudo, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, como um acontecimento na ordem do saber de diversos campos institucionais. Tem-se observado, de modo crescente, movimentos sociais empíricos, gerados pela ausência de uma identidade coletiva, que buscam a transformação de necessidades básicas em direitos socialmente reconhecidos. De modo instável e provisório, dada a conflituosa desestabilização da lógica identitária que as representações de gênero e de sexualidade promovem em uma sociedade que se organiza a partir de uma posição binária homem/mulher, esse movimento desvela assuntos até então interditados, constituintes de processos de exclusão da produção discursiva na sociedade (FOUCAULT, 2007c).

¹ Este trabalho compõe o conjunto de estudos desenvolvido pelo projeto de pesquisa *Práticas Discursivas de subjetivação II*, coordenado pelo professor Pedro Luis Navarro Barbosa (DLE/UEM) e pelo Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/UEM/CNPq).

Dessa produção, revelam-se práticas de linguagem que materializam posições conflituosas e polêmicas, que fazem irromper regularidades enunciativas sobre “ser-mulher” e “ser-homem”, em diversas produções discursivo-midiáticas contemporâneas. Observa-se, pois, uma disposição política para gerenciar o corpo, considerado, sob a ótica discursiva, como efeito; um produto histórico e simbólico sobre o qual investe-se uma maquinaria política de produção de subjetividades (individuais e coletivas) e de normalização, conforme uma ordem moral, social e discursiva.

No recorte proposto neste texto, nosso objetivo é compreender, a partir da concepção de dispositivo discursivo em Foucault (2005; 2007b; 2009), e de dispositivo da transexualidade em Bento (2017) práticas discursivo-midiáticas sobre o corpo transexual² materializadas em capas de revistas. O recorte teórico que sustenta esta reflexão localiza-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, de base foucaultiana. Destacam-se os textos de Michel Foucault sobre dispositivo e corpo (2005; 2007b; 2009), Agamben (2009) e Deleuze (2010). As considerações sobre o corpo fundamentam-se também em Courtine (2013). É de suma importância para a presente abordagem os estudos sobre transexualidade desenvolvidos por Berenice Bento (2017), sobretudo, suas considerações sobre o conceito de “dispositivo da transexualidade”.

Metodologicamente, dentre as formas de representação midiáticas acessíveis, foram selecionadas dez capas de revistas publicadas em 2017, que formam uma série enunciativa (FOUCAULT, 2007a). No tratamento teórico-analítico desse *corpus*, serão demarcadas as superfícies de emergência e de possibilidade do corpo transexual na contemporaneidade, bem como a compreensão dos (possíveis) efeitos de poder do e sobre o corpo, (re)produzidos no exercício do dispositivo da transexualidade. Tem-se, pois, o seguinte questionamento norteador: que relações de poder e que sentidos sobre gênero, o dispositivo da transexualidade coloca em funcionamento por meio da representação do corpo trans em discursos midiáticos?

Este texto está organizado em três seções; primeiramente, traremos à luz discussões sobre a relação entre o corpo e as técnicas de poder, numa dimensão política. Na seção seguinte, serão tecidas algumas considerações sobre a noção de dispositivo discursivo tal como desenvolvido por Foucault (2005; 2007b; 2009), bem como a abordagem de Bento (2017), sobre o “dispositivo da transexualidade”. A terceira seção é dedicada ao movimento descritivo-interpretativo do *corpus*, e,

² Neste trabalho, optamos pelo termo genérico “transexual” para caracterizar o sujeito que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento, independente de ser homem ou mulher transexual (JESUS, 2012). A expressão “trans” também será citada neste estudo, entendendo-a como uma expressão mais popular para “transgênero”, que segundo Jesus (2012), diz respeito a um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 25)

por fim, destacamos algumas considerações sobre os efeitos de sentido sobre o corpo trans construídos.

2 O CORPO COMO EFEITO E COMO ALVO DE MECANISMOS DE PODER

Segundo Courtine (2013), o corpo como objeto de saber é uma prática teórica recente. Foi entre os anos 1960 e 1970 que o corpo irrompe nas ciências humanas por conta das transformações políticas e sociais, em que as questões de gênero e de sexualidade passam a ser reconhecidas e discutidas. Fundamentando-se na obra foucaultiana, consideramos que o corpo é mergulhado neste campo político e acende ao estatuto de objeto, alvo não mais de uma “genealogia dos poderes que se exercem sobre a carne”, mas por uma “arqueologia dos extratos discursivos onde se formam os saberes” (COURTINE, 2013, p. 16).

Segundo Foucault (2007b), o corpo é uma peça-chave para compreender as diferentes formas de investimento do poder, por diferentes configurações da sociedade, sobretudo, a capitalista. Para o filósofo, há uma mudança considerável, já que, enquanto nos séculos XVII até meados do século XX, havia um investimento denso e rígido e a partir de 1960, descobriu-se que o poder poderia ser muito mais tênue, tomar outras formas mais eficientes, positivas e produtivas para o controle da população.

A atenção dedicada ao corpo, seja pelo registro anatômico, seja pelo técnico-político, o situa como um objeto de investimentos imperiosos, urgentes e ininterruptos, em qualquer sociedade, conforme Foucault (2005), pois “está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2005, p. 118). Pelo viés genealógico, o filósofo ressalta que o corpo é formado por uma série de regimes que o constroem e para os quais cria resistências; “é superfície de inscrição dos acontecimentos [...] lugar de dissociação do Eu [...], volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2007b, p. 22). São, portanto, os mecanismos de poder que organizam, acumulam e põem em circulação saberes sobre o corpo e o sujeito, o que faz com que esses mecanismos não se configurem somente “como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2007b, p. 08).

A descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, no século XVIII, fez com que ele fosse potencializado tanto em termos econômicos de utilidade, quanto na relação de sujeição e obediência estrita, a partir do processo de docilidade articulada pela “disciplina”. Em outras palavras, trata-se de uma maquinaria de poder que tira o máximo de vantagens do corpo, por sua capacidade produtiva, mas ao mesmo tempo o neutraliza, o torna obediente.

A disciplina se inscreve em diferentes espaços e pode utilizar técnicas minuciosas, particulares e precisas; muitas vezes, silenciosa e invisível, que ganha poder de difusão cada vez mais amplo. Em linhas gerais, é possível localizar o funcionamento do poder disciplinar em duas categorias: no controle da atividade e na distribuição do espaço. O poder disciplinar é, desse modo, uma técnica que “toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2005, p. 143), que tem por operador decisivo a vigilância e a sanção normalizadora. Uma das possibilidades de organização espacial de vigilância hierarquizada se materializada no urbanismo, nos hospitais, nos asilos, nas prisões e nas escolas, cujos aparelhos e mecanismos de controle se tornaram cada vez mais complexos com o tempo. Nesses espaços e estratégias, o domínio sobre o corpo acontece sob a ordem do olhar, de modo contínuo e silencioso, em função da mecânica do poder e do dispositivo que o faz funcionar.

Além disso, há no sistema disciplinar, o funcionamento de micropenalidades, dentre elas o de tempo, o de discurso, o do corpo e o da sexualidade, por exemplo, que marcam os desvios, hierarquizam as qualidades; castigam e recompensam. A penalidade “compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2005, p. 153, grifo do autor). A disciplina é, pois, um dos grandes instrumentos de poder que ao mesmo tempo que obriga à homogeneidade, individualiza, comparando níveis, desvios e tornando as diferenças úteis. Para Foucault (2005), “compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida toda a gradação das diferenças individuais” (FOUCAULT, 2005, p. 153-154).

Durante a segunda metade do século XVIII, outra estratégia foi mobilizada enquanto tecnologia de poder, para governar a população: o biopoder. Essa tomada de poder, mesmo considerando a particularidade espacial e temporal de cada indivíduo, tem como objetivo intervir, por meio de mecanismos globais, na vida da coletividade/população, para que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade. Em resumo, leva em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e assegura sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999).

Enquanto modelo de poder que contrasta com os modelos tradicionais soberanos fundamentados em “causar a morte”, a biopolítica perpassa a população a partir da governamentalidade, que se constitui de um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento que tem como alvo a economia política e os dispositivos de segurança. O que se reivindica é a vida, “entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude possível” (FOUCAULT, 2009, p. 158). No biopoder,

o poder de soberania – “‘o velho direito de causar a morte ou deixar viver’ - foi substituído por uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população, caracterizada pelo poder de ‘causar a vida ou devolver à morte’” (FOUCAULT, 2009, p. 152).

Trata-se de mecanismos de poder que tomam o corpo individual visando à população; sua capacidade de dominar, ser dominada e de ser utilizada. Tomar, dessa forma, o corpo, implica considerar a gestão da população, em consonância com os discursos autorizados a circular e com as respectivas formas de poder que os justificam, na contemporaneidade. Isso porque é no social que se definem as posições-sujeito, marcadas pelas transformações históricas e pelos deslocamentos de subjetividade e para a subjetivação dos corpos. É no social que os sujeitos se inscrevem em práticas discursivas, pelas diferentes formas de linguagem, e as realizam em forma de ação. É também no social que as relações de poder que constituem a inscrição dos sujeitos nos discursos estão presentes, numa certa “economia política do corpo”:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade também é um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2005, p. 25-26).

Os diversos saberes e formas de controle desse corpo, segundo o filósofo, constituem o que ele chama de “tecnologia política do corpo”, que recorre a diferentes tipos de instituição para se legitimarem e produzirem seus efeitos. Em suma, as estratégias de governo das populações, sustentadas pelo biopoder, não constituem o desaparecimento do poder disciplinar. Foucault (2008) explica que o primeiro gesto da disciplina é isolar um espaço no qual “seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão, plenamente e sem limites” (FOUCAULT, 2008, p. 59). Além de tudo, regulamentar, no sistema disciplinar “o que é determinado e o que se deve fazer, por conseguinte todo o resto, sendo indeterminado e proibido” (FOUCAULT, 2008, p. 61). Por outro lado, os dispositivos de segurança, aqueles que atuam nos efeitos de regulamentação da população, procuram “responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responda – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (FOUCAULT, 2008, 2008, p. 61). Nota-se que embora esses dispositivos se configurem e atuem de formas distintas, eles se complementam e se potencializam.

O poder, desse modo, investe contra o corpo, o marca, o adestra, o obrigam a cerimônias e cobram dele signos. O efeito desse investimento se constrói na busca pelo domínio e consciência do próprio corpo, que conduz a um trabalho insistente e obstinado. A potencialidade do funcionamento dos poderes está, pois, por sua capacidade de se deslocar, de recuar e de articular outros investimentos; “se o poder é forte, é porque ele produz em igual medida aquilo que ele proíbe” (COURTINE, 2013, p. 17). Courtine (2013) ressalta, sobre isso, o mérito do projeto genealógico de Foucault ao mostrar em um longo horizonte histórico a concepção do poder como técnica política, a partir da qual os indivíduos buscam o controle de si, o uso dos prazeres e das paixões. Segundo Foucault,

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais de sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... (FOUCAULT, 2007b p. 146).

Neste campo de disputa de sentidos e de investimento do poder, o corpo pode ser usado como “um manifesto, como um *locus* de produção de contradiscursos, de reinscrições à ordem de gênero” (BENTO, 2017, p. 81), como acontece, segundo Bento, com os *drag king*, que dão visibilidade ao trânsito corporal, que confundem as fronteiras entre os gêneros. Especificamente, corpo transexual reclama por sua existência enquanto efeito de um poder que regula, produz e reproduz gêneros a partir de critérios determinados pela natureza, que orientam tanto o olhar classificador e normatizador de “especialistas” quanto daqueles que reivindicam o direito de serem reconhecidos pelo gênero com o qual se identificam.

Os conflitos entre o corpo e a subjetividade na experiência transexual problematizam os signos corporais que identificam e classificam os gêneros, que estão inscritos em um campo discursivo a partir do qual se criam expectativas sobre subjetividades. Bento (2017) ressalta que “o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual” (BENTO, 2017, p. 83). Neste processo,

o sexo é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, que qualifica um copo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo

reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico (BENTO, 2017, p. 85).

A estudiosa ressalta que as estratégias discursivas e não discursivas baseadas na vigilância de condutas, caras ao poder disciplinar (FOUCAULT, 2005), preparam o corpo para desempenharem papéis sociais. Essa construção, que acontece por meio de afirmações e proibições, revela que desde a infância há uma série de práticas que tomam como referência a heterossexualidade e a relação binária homem/mulher para produzir corpos que correspondam com êxito ao papel de gênero, com comportamentos, desejos e pensamentos apropriados para cada um. Essa série de práticas forma um dispositivo de saber-poder que faz do gênero uma realidade e o inscreve num regime de verdade, submetendo-o à divisão do que é verdadeiro e falso. É sobre o dispositivo de saber-poder, especialmente, do dispositivo da transexualidade que será tratado a seguir.

3 POR UMA ORDEM DISCURSIVA SOBRE O CORPO TRANS: O DISPOSITIVO (DA TRANSEXUALIDADE)

Por um viés genealógico, o poder é o instrumento de análise tomado por Foucault (2005; 2009) para analisar as condições políticas de possibilidade dos discursos. O filósofo foi o responsável por um importante deslocamento na concepção de poder, pois suas pesquisas delinearam “formas diferentes de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e indispensáveis inclusive à eficácia de sua ação” (MACHADO, 2007, p. 168). Foucault analisou esses poderes locais e específicos em termos de instituição, que se situa no nível do corpo social, penetra na vida cotidiana e atinge a realidade mais concreta dos indivíduos: o corpo.

Ao deslocar o poder de uma relação central/periférica para um nível macro e micro de exercício, Foucault sugere que os poderes não estão localizados em um ponto específico da estrutura social, mas funcionam como uma “rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”, conforme explica Machado (2007, p. XIV). Nessa perspectiva,

rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. É que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não

possam ser refeitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças (MACHADO, 2007, p. XIV, grifo do autor).

A concretização do exercício de poder dá-se por meio de uma rede de mecanismos, instituições e regras que unifica as práticas discursivas, o dispositivo. Foucault (2007b) define dispositivo como uma rede de elementos heterogêneos, dentre eles discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, cuja trama possibilita estabelecer relações entre o dito e o não dito.

Além disso, o filósofo entende que o dispositivo é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2007b, p. 244) que emerge no campo social e tem como consequência funções estratégicas. Na esteira de Agamben, a densa proliferação dos dispositivos favorecida pelo capitalismo não acontece por acaso, pois, para o filósofo italiano, “na raiz de cada dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constituem a potência específica do dispositivo” (AGAMBEN, 2009, p. 14). Cartografar, pois, as cadeias de variáveis que contornam os objetos visíveis e enunciados, desvela as linhas que conduzem e atravessam os dispositivos. Na leitura deleuziana desse método foucaultiano, o dispositivo engloba quatro linhas de naturezas heterogêneas, sujeitas a derivações. São elas: (a) as linhas de visibilidade, que concernem às condições de emergência do enunciado; (b) as curvas de enunciação, que tratam da possibilidade de dizer, (c) as linhas de força, vinculadas ao domínio do poder e (d) as linhas de subjetivação e de fissura, que se entrecruzam e operam no devir, enquanto nossa “atualidade”.

Uma “época”, então, “não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem” (DELEUZE, 2010, p. 58). Deleuze (2010) explica que há dois aspectos interdependentes; de um lado, cada formação histórica implica em uma distribuição entre o visível e o enunciável e, de outro lado, as possibilidades de variantes, já que o processo de visibilidade pode variar em modo e o de enunciabilidade pode variar de regime, de acordo com as discontinuidades das formações históricas.

Desenham-se nesses “processos do verdadeiro” (DELEUZE, 2010, p. 72), produzidos pela disjunção entre o que é visível e o que é enunciável, duas possibilidades de abordagem entre o ver e o dizer o corpo transexual. Esse local de visibilidade, entretanto, não deve ser visto como a forma de ver de um sujeito, já que o “próprio sujeito que vê é um lugar de visibilidade, uma função

derivada da visibilidade” (DELEUZE, 2010, p. 66). Trata-se, portanto, de uma “luz” que torna as visibilidades perceptíveis e os enunciados dizíveis ou legíveis, em que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado (DELEUZE, 2010, p. 68).

Será no jogo entre urgência (emergência) e efeito, que colocamos em pauta a produtividade do corpo transexual como efeito do dispositivo da transexualidade. Enquanto forma propulsora de processos de subjetividade, esse dispositivo administra, orienta e governa as condutas da sociedade da normalização. É preciso, pois, desvendar o modo como uma ruptura social constituiu-se e provoca alterações nas principais instituições e, sobretudo, na ordem social.

3.1 O DISPOSITIVO DA (TRAN)SEXUALIDADE

No processo de delimitação da legitimidade dos espaços (discursivos) que o corpo deve ocupar, no século XVIII, emerge um poder que normaliza o sexo e o torna produtivo. A emergência discursiva sobre o sexo ganhou força, segundo Foucault (2009) pela necessidade de torná-lo útil à governamentalidade da população; trata-se de uma prática de construção de uma teia de saberes, de análises, de dispositivos de ouvir, de falar e de registrar sobre a sexualidade e um investimento de várias instituições que impõem “a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo” (FOUCAULT, 2009, p. 39). Foucault explica ainda que,

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a fala; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou (FOUCAULT, 2009, p. 39).

Sob esse ponto de vista, a sexualidade não é considerada como uma pulsão, ou um instinto, mas como um dispositivo histórico sustentado por discursos, saberes e poderes. Da proliferação dos discursos sobre o sexo, instituiu-se aquilo que Foucault (2009) define como “Dispositivo da Sexualidade”, um dispositivo político de administração do sexo que atua por meio de estratégias de gerenciamento e controle dos corpos, de modos de ser e das populações. O filósofo explica que o dispositivo da sexualidade “tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar,

anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2009, p. 118).

A positividade do sexo, nessa perspectiva, instaura uma produtividade discursiva sobre o corpo e sobre o prazer que fundamentam, por sua vez, as práticas regulatórias e a patologização de condutas. A proliferação de discursos médicos que buscam provar a origem biológica de comportamentos das mais diversas ordens, foi uma das principais condições de possibilidade que permitiu questionar as condutas de sexo e de gênero que ultrapassam a margem da normalidade, consideradas, conseqüentemente, como desviantes. Questionar a normalidade permitiu a produção de vários “sujeitos anormais”, fortalecendo os efeitos do discurso científico na patologização das experiências, dentre elas, a da transexualidade.

Bento (2017) ressalta a importância do saber médico na definição de verdades sobre o corpo transexual, sobretudo na passagem do isomorfismo para o dimorfismo sexual. A estudiosa explica que até a segunda metade do século XVIII, “as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico” (BENTO, 2017, p. 111). Na perspectiva isomórfica, havia um único corpo, considerando a vagina como um pênis invertido, construindo a ideia de continuidade e não oposição.

Era preciso, então, criar uma linguagem dicotomizada, atribuindo-se à linguagem científica a possibilidade de viabilizar a descrição ou a naturalização dos corpos-sexuados. Aos poucos, então, a linguagem se tornou dimórfica: “de homem invertido, a mulher passou a ser o inverso do homem” (BENTO, 2017, p. 112). Santos (2015) explica que

Segundo Laqueur (2001, p. 193-194, grifos do autor), “[n]o final do século XVII e ao longo do século XVIII a ciência passou a considerar, em termos aceitáveis à nova epistemologia, as categorias masculina e feminina como sexos biológicos opostos e incomensuráveis”. A invenção das categorias “feminino” e “masculino” nos discursos e nas práticas sociais construiu os sujeitos sexuados e suas posições na sociedade. É somente a partir da invenção dos sexos, como descrita por Thomas Laqueur (2001), que se torna possível a produção de novos sujeitos pelo discurso médico-psicológico, dentre os quais, o/a transexual. Dessa forma, é possível compreender que o dimorfismo sexual funciona como um mecanismo que enreda a todas e todos nós nas redes de poder-saber sobre o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade (SANTOS, 2015, p. 637).

Assim, a desestabilização das normas de gênero promovidas pela experiência transexual é engendrada por um conjunto de práticas que administram e regulam *o dizer sobre o gênero* e produzem posições sujeito que devem ser ocupadas por esses indivíduos, obrigando-lhes a uma existência discursiva. Considerando o mecanismo panóptico dos gêneros e da sexualidade como uma tecnologia de saber-poder que constitui a produtividade discursiva de diferentes instituições, Bento

(2017) caracteriza o dispositivo da transexualidade. Entre 1960 e 1970, surgem as associações internacionais que se organizam para produzir conhecimento específico sobre a transexualidade. Tem-se, neste contexto, a articulação entre os discursos teóricos e práticas regulatórias sobre a transexualidade que começa a ganhar visibilidade.

Bento (2017) ressalta que houve duas vertentes principais, nesse período, na produção do conhecimento: a visão biologista, cuja teoria versava sobre o funcionamento endocrinológico do corpo; e a visão construtivista, que destacava o papel da educação na formação da identidade de gênero. Derivam dessa produção de conhecimento alguns desdobramentos práticos, como a criação de Centros de Identidade de Gênero nos Estados Unidos e em dimensões diferentes, que seriam em um nível macro e micro. Os primeiros se referem “à compreensão que as instituições têm das pessoas transexuais, principalmente a justiça e a medicina” e os desdobramentos micros “referem-se à forma como um/a transexual valoriza a outro/a transexual” (BENTO, 2017, p. 39).

A construção de um campo conceitual específico para a transexualidade é perpassada por diferentes saberes, e constituída de uma “pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre o corpo e a subjetividade nessa experiência” (BENTO, 2017, p. 40). O saber médico, entretanto, é um dos saberes mais determinantes para a concepção de transexualidade. Esse saber “apaga a legitimidade da pluralidade, uma vez que põe em funcionamento um conjunto de regras, consubstanciado nos protocolos, que visam a encontrar o/a ‘verdadeiro transexual’” (BENTO, 2017, p. 43).

Na perspectiva foucaultiana, este desenvolvimento estratégico da transexualidade como objeto de preocupação e análise faz com o que o exercício do controle aconteça na forma de controle-estimulação, e não pelo controle-repressão. Considerando este efeito do poder sobre o corpo, e que os mecanismos de controle se tornam cada vez mais complexos, nos interessa pensar sobre que tipo de investimento essas práticas põem em circulação, quando localizamos a representação do corpo trans na mídia. A emergência dessa visibilidade está em constante luta pela fixação de significados, enredadas nas malhas do poder. Logo, o poder é exercido por aqueles que detêm os canais de produção e circulação de sentidos. Pautando-se nas afirmações de Tasso (2006) é possível considerar que, dados os mecanismos que sustentam ou reforçam a presença de atuação da mídia sobre o sujeito-telespectador, a mídia pode apagar, transformar e consolidar ideais de corpos (trans). A mídia é, então, superfície de emergência (FOUCAULT, 2007a), ou seja, é um lugar que pode fazer com que enunciados sobre a transexualidade/o corpo transexual apareçam em sua singularidade, em uma sociedade e em um momento histórico determinado, e que coexistam com outros enunciados, bem como se transformem e desapareçam. Nesse sentido, de que corpo trans se fala/trata na mídia? Como esse corpo trans é discursivizado na e pela mídia? Como o

dispositivo da transexualidade funciona neste campo? Para responder a essas questões, mobilizamos o *corpus* de análise na próxima seção.

4 PRÁTICAS DISCURSIVO-MIDIÁTICAS SOBRE O CORPO TRANSEXUAL: DESCRIÇÃO-INTERPRETAÇÃO DO *CORPUS*

Nessa inquietação política e social emergente na contemporaneidade, ancorando-se nos pressupostos teórico-metodológicos explicitados, o corpo transexual é tratado como um efeito do discurso, que encontra no campo midiático contemporâneo um lugar de visibilidade, cujo regime enunciativo problematiza a questão do gênero e produz saberes próprios à formação histórica da qual faz parte.

Nesse sentido, as ocorrências linguísticas e imagéticas sobre o corpo transexual têm ganhado espaço em produtos midiáticos, notadamente, a partir de 2017³. Das materialidades encontradas, o corte metodológico de delimitação do *corpus* proposto para este estudo foi a mídia impressa, especificamente as capas de revistas. No gesto de leitura preliminar sobre as práticas que constituem o corpo transexual materializadas nas dez capas, foram encontrados três campos distintos: a moda⁴; o mundo corporativo⁵; e as identidades emergentes na contemporaneidade⁶.

Dentre as capas que compõem o primeiro grupo, selecionamos a capa da *Revista ELLE Brasil*, de dezembro de 2017, como exemplar. Lea T, primeira modelo transexual brasileira de destaque mundial, ocupa o centro da composição, que é uma releitura da obra do pintor italiano Sandro Botticelli, *O Nascimento de Vênus*⁷. Em pé, a modelo está sobre uma concha, seminua, com uma das mãos sobre os seios e a outra na virilha, num gesto pudico para esconder sua nudez, assim como na escultura *Vênus de Medicis*⁸, possível inspiração de Botticelli. Em seus braços, estão entrelaçados seus longos cabelos, assim como um manto de estampa floral que está prestes a cair.

³ Uma seleção prévia de ocorrências sobre o referencial discursivo “transexual” na mídia televisiva e impressa possibilitou o agrupamento de materialidades significativas, dentre os quais destacamos (a) o personagem Ivan, na novela *A Força do Querer* (Rede Globo, 2017); (b) o quadro “Quem sou eu”, do programa *Fantástico* (Rede Globo, 2017); (c) a série “Liberdade de Gênero”, do canal GNT (2017); e (d) dez capas de revistas brasileiras publicadas em 2017.

⁴ Incluem-se neste grupo as capas da *Revista ELLE Brasil*, dos meses de julho e dezembro), da *Revista VOGUE* (dezembro) e da *Revista Marie Claire* (março)

⁵ Compreende as capas da *Revista Você s/a* (dezembro), *Época Negócios* (junho) e da *National Geographic Brasil* (Edição especial de janeiro)

⁶ Fazem parte deste grupo as capas das *Revista Veja* (novembro), *Veja Rio* (Março) e da *Revista TPM* (setembro).

⁷ Esta é uma das cinco opções de capas da edição de dezembro, edição especial para colecionadores. Com o tema “moda e arte”, a série faz releituras de obras históricas com artistas brasileiros. Sonia Braga personifica *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci; José Celso Martinez Corrêa reinterpreta *The scream* [O grito], de Edvard Munch; Tais Araujo e Lázaro Ramos representam *The Kiss* [O beijo], de Gustav Klimt; e a capa de Caetano Veloso é inspirada na obra de David Hockney - *The Joiners*.

⁸ Imagem disponível em <<https://www.uffizi.it/en/artworks/medici-venus>>. Acesso em 29 out. 2018.

Com a cabeça levemente inclinada, os traços bem delineados de Lea T compõem um corpo esguio e simétrico.

Além da delicadeza do corpo e da serenidade do olhar, os tons terrosos predominam e se harmonizam na composição; o tom de pele moreno se ajusta às cores das camadas de tecidos do plano de fundo e do título da revista. Assim como na obra de Botticelli, a função da paisagem é realçar a beleza da personagem principal e central; a vegetação é como tapetes de veludo e as ondas do mar da obra original são representadas na capa também pelos tapetes, com desenhos que lembram delicadas escamas. A concha é outro elemento importante na composição, já que, na Grécia Antiga, simbolizava a fecundidade e o nascimento, além de fazer referência ao órgão sexual feminino. Há, ainda, um efeito de movimento marcado nas pontas dos cabelos e em duas flores que parecem voar ao lado da modelo. Logo abaixo da concha, com fonte branca, temos o enunciado verbal “LEA T – em ‘O Nascimento de Vênus’ – de Sandro Botticelli”.

A composição imagética condensa, primeiramente, uma relação interdiscursiva com Vênus, Deusa do amor e da beleza na mitologia romana e representada em Afrodite, na mitologia grega. A representação de Vênus é de uma mulher jovem, bela e perfeita em simetria; seu corpo é considerado ideal de beleza e associado aos prazeres do amor. É, pois, considerada a deusa da beleza, do amor e dos prazeres. Lea T, mulher transexual, ao ocupar a posição de Vênus, materializa a subjetividade que reproduz a norma do gênero feminino trazendo, conseqüentemente, um efeito de perfeição, o que entra em conflito com sua identidade trans; ela é uma mulher “de verdade”?

Não há qualquer enunciado linguístico na capa que indique que se trata de uma mulher trans, o que constrói um silenciamento de conflitos identitários. O nome da modelo, Lea T, não leva o leitor que desconhece sua identidade a levantar a possibilidade dela ter sido designada como homem em seu nascimento (conforme atribuição biológica). Não há formas e características corporais que remetam a uma possível ambigüidade, mas sim, um corpo que já “transitou” para o outro gênero, aquele com o qual se reconhece, e que, conseqüentemente, reproduz o olhar classificador e normatizador. Neste sentido, de um “trânsito completo”, é que se justifica a relação com o ideal de feminilidade que provém da deusa Vênus.

Do modo como está materializada na capa, a experiência da transexualidade funciona por meio da reprodução do estereótipo de gênero, que tem como ancoragem discursiva o campo da moda. Trata-se de um campo que institui modelos ideais de corpos femininos, que movimenta, conseqüentemente, o desejo e um conjunto de práticas, inclusive mercadológicas, que incitam a busca pelo corpo (magro) perfeito. Um aspecto que alimenta esse desejo é o *glamour* atribuído à profissão de modelo, sobretudo na imagem que se tem dos desfiles de grandes eventos comerciais de moda. Desse modo, trata-se de uma representação social do feminino que organiza a

subjetividade da mulher trans, legitimado pelo discurso da moda. Compartilha, assim, sistemas simbólicos socialmente significativos e ideais para o gênero feminino: cabelos longos, pele uniforme e suave e gestos delicados.

Já na edição de junho de 2017, a revista *Época Negócios* traz em sua capa Márcia Rocha, descrita como “advogada e empresária: a primeira trans a usar o nome social no registro da OAB”. Com letras destacadas, o título questiona: “Vamos falar de diversidade?”. Como subtítulo, enuncia-se: “Grandes empresas, como Carrefour, Monsanto, Bayer, IBM e Microsoft, já perceberam que dar mais espaço a transgêneros, gays, negros e mulheres aumenta a produtividade e acelera a inovação. A lógica é simples: equipes diversas. Soluções variadas”. O enunciado verbal divide a capa com a imagem de Márcia, de corpo inteiro, que se sobrepõe ao título da revista. A advogada tem cabelos escuros, usa batom vermelho e vestido preto e branco, casaco preto, meias finas pretas e sapato de salto alto. Com as mãos na cintura, a disposição dos pés indica que ela estaria dando um passo. Sua expressão, enquanto olha para o alto, constrói um efeito de segurança e poder.

O modo como o corpo está representado na imagem de Marcia, ao contrário de Lea T na capa anterior, coloca no domínio de visibilidade alguns elementos que desestabilizam a binaridade homem/mulher. Os traços masculinos do rosto da advogada entram em conflito com a maquiagem e as roupas, signos atribuídos socialmente ao gênero feminino. Temos, ainda, o destaque linguístico de classificação no subtítulo e na descrição de Marcia, que é nomeada como “trans”. Ativa-se, neste contexto, um imaginário sobre o corpo e mobiliza-se um conjunto de práticas discursivas sobre o sexo, sobre as condutas e sobre o que se entende socialmente por homem/mulher, que reverberam no que Bento (2017) chama de “polícia do discurso”: o corpo trans se submete a um conjunto de ditos e silenciamentos que lançam um olhar questionador e normatizador para aquele que “desvia” ou “desafia” a norma. Apropriando-se do questionamento de Bento (2017), as categorias feminino/masculino de gênero começam a falhar: “Talvez seja aqui que se deve mudar a pergunta de ‘será um homem/mulher’ para ‘afinal, o que é um homem e uma mulher?’” (BENTO, 2017, p. 104).

A aparência de gênero é um dos elementos fundamentais que estabiliza este corpo plástico e operável na ordem dicotomizada dos gêneros. O sentido atribuído às roupas e aos acessórios, conforme explica Bento (2017), “liga-se a um campo mais amplo de significados que extrapola a ideia de um ‘gosto pessoal’, vinculando-se às normas de gênero que estabelecem determinadas formas de cobrir corpos-sexuados” (BENTO, 2017, p. 160). Essas escolhas estéticas revelam-se como indicadores de níveis de masculinidade e feminilidade, que na capa da revista, também tem a ver com a posição ocupada por Marcia. Os tons sóbrios das roupas e acessórios, a maquiagem bem feita e o cabelo bem tratado estão associados a sua profissão. Enquanto advogada e

empresária, ela reproduz o estilo formal esperado dos sujeitos que fazem parte deste meio. Trata-se de um conjunto de intervenções para cortar os excessos, as ambiguidades. Essa verdade orienta para um olhar normatizador, que reconhece a produtividade da diversidade, desde que ela não fuja dos padrões – neste caso, sobretudo, estéticos – previstos para a área dos negócios e do direito.

Além disso, o sujeito trans faz parte de um grupo de sujeitos - gays, negros e mulheres - que não se enquadram histórica e socialmente no mundo corporativo, segundo consta no subtítulo. Mas é ele o escolhido para estampar a reportagem de capa. Por que este sujeito e não outro dos citados, ou até mesmo todos os que foram nomeados?

Primeiramente, poderíamos pensar que a escolha de uma mulher trans para estampar a capa dá mais visibilidade à diversidade, já que materializa em seu próprio corpo os conflitos com a (não) identificação com categorias classificatórias e questiona o regime de verdade construído sobre as performances e subjetividades de gênero. Mesmo que, para isso, conforme efeito construído pela capa da revista em questão, os elementos estéticos reproduzam o modo de identificação esperado para o gênero feminino que atue na área.

Além disso, destaca-se a identificação civil, ressaltada na descrição de Marcia: “a primeira trans a usar o nome social no registro da OAB”. Para Bento (2017), o nome próprio funciona como uma interpelação que pode recolocar a posição de gênero da qual luta para sair. É preciso destacar que ser identificado publicamente pelo nome que localiza o sujeito no gênero que rejeita, ressignifica os insultos recebidos durante a vida toda; “Talvez o “protocolo invisível”, o não dito não explicitado, seja o mais importante e o mais difícil de negociar”. (BENTO, 2017, p. 53)

A possibilidade de um sujeito trans estampar a capa de uma revista sobre negócios, que trata sobre a diversidade, deve-se, também às condições de emergência da visibilidade deste tema, enquanto uma condição política de possibilidade do discurso na contemporaneidade. Tem-se, pois, mecanismos reguladores desses corpos que os tornam esses corpos, sobretudo, em materialidades midiáticas, e que fazem circular uma rede enunciativa que busca a transformação da verdade única e estritamente definida pelo saber biológico. Trata-se de vislumbrar a produtividade deste corpo como uma regularidade enunciativa e como um lugar politicamente significado, pela dimensão do poder que compõe o dispositivo, que opera o ver e o dizer e que (re)produz o verdadeiro de uma época: o corpo inovador.

Discursivamente, este corpo trans é potencialmente competitivo e produtivo tanto para o campo dos negócios quanto para a população/sociedade. Segundo Foucault (2005), a gestão de vida das populações se constitui de escolhas políticas, cuja emergência está relacionada às mudanças econômicas e sociais que surgiram com o capitalismo. Passa-se, assim, a exigir métodos de poder que agenciem a produtividade da população aos procedimentos econômicos, definindo como

prática contemporânea uma ordem discursiva na qual a visibilidade dos corpos produz a necessidade do cuidado consigo mesmo e com o outro, e define, assim, as condutas pessoais e sociais da convivência com as diferenças.

Na terceira e última capa selecionada, Amara Moura, descrita como “doutora em Literatura, trans e ex-prostituta” na capa da Revista TPM⁹ de setembro de 2017, ocupa quase a totalidade da capa. Nua, usando apenas sapatos de salto alto pretos, Amara está agachada, apoia um dos joelhos no chão e as mãos estão sobre a coxa direita. Olha diretamente para a câmera, com expressão séria, que parece provocar o leitor, se associarmos ao enunciado verbal que sobrepõe seu corpo, com letras maiúsculas: “O futuro é feminino?” Toda a composição está em escalas de cinza, contrastando com uma linha na lateral esquerda e o nome da revista que estão em vermelho.

Se comparado com os outros dois corpos mobilizados anteriormente, da modelo Lea T e da advogada e empresária Marcia, o corpo de Amara é o que mais desestabiliza a ordem dicotomizada dos gêneros, e questiona sobre que “feminino” se trata quando falamos do papel da mulher na sociedade. O corpo despido revela o conflito de signos de um corpo em trânsito, que possui apenas como escolha estética o sapato de salto alto, indicador social de feminilidade. É possível observar, neste corpo,

sua capacidade ou potencial subversivo, uma vez que desloca[m] as noções de “real” (verdade) e “fictício” (mentira). O corpo já não é uma rota segura para posicionar os sujeitos no mundo polarizado dos gêneros e a realidade de gêneros se fragiliza. O corpo transexual põe essa verdade em um labirinto. Já não será possível ter um juízo sobre a anatomia que se supõe estável, partindo da roupa que cobre e articula o corpo (BENTO, 2017, p. 104).

A visibilidade desse corpo trans problematiza, pois, o regime de verdade historicamente construída sobre a binaridade dos gêneros e, enquanto também efeito do poder, sua condição de possibilidade se dá pela reivindicação pela ocupação de outros espaços. Ademais, no enunciado verbal, destacam-se as duas funções escolhidas para caracterizar Amara: “doutora em Literatura” e “ex-prostituta”. A memória discursiva¹⁰ que perpassa este enunciado cria condições de possibilidade da formulação da produtividade desse corpo trans, considerando sua inserção na educação formal e pela evocação das condições de visibilidade desses sujeitos no passado. Deixar de ser prostituta para ser doutora assinala uma ruptura à medida que faz irromper subjetividades em relação ao que historicamente destinou-se a esses sujeitos: a oferta de serviços sexuais marginais

⁹ Revista Brasileira de cultura e informação lançada em 2001, que tem como público-alvo as mulheres.

¹⁰ A noção de memória discursiva foi problematizada no campo da Análise do Discurso por Courtine (2009, p. 105). Para o estudioso esse termo corresponde à existência histórica dos enunciados, ou seja, tudo o que já foi dito e esquecido e que sustentam a possibilidade de outras formulações.

e desmoralizantes para sobrevivência. A partir de Milanez (2013, p. 377), compreendemos por subjetividade uma “marca formal, moral e discursiva que brota do desejo do sujeito em contradição com as condições de harmonia que o mundo e suas relações a montaram enquanto sujeito e que foram ao longo do tempo por ela assumidas como verdadeiras”.

O modo como esses espaços de pertencimento foi construído no enunciado verbal funciona como estratégia para que os sujeitos façam a experiência de si mesmos, a partir de jogos de verdade. Na esteira de Hashiguti (2008), “o corpo é o sujeito em sua materialidade, o sujeito em si, sujeito de corpo de linguagem, que funciona por ser constituído por e na memória discursiva, que é espaço de interpelação” (HASHIGUTI, 2008, p. 68). Trata-se de práticas discursivas que interpelam os sujeitos trans a ocuparem posições e a identificarem suas subjetividades (possíveis) no fluxo do discurso. Para Bento (2017),

Falar “identificação” impõem uma tarefa de refletir sobre os jogos de negação e de afirmação, de repulsa pelo “outro”, pelos que habitam as margens, e de atração por modelos idealizados. Ao mesmo tempo em que se identificar envolve um trabalho discursivo de fechamento e de demarcação de fronteiras simbólicas, simultaneamente significa o reconhecimento de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ainda que idealmente. São as identificações que revelam o processo mesmo de organização da identidade (“eu quero ser um/a homem/mulher”) (BENTO, 2017, p. 202).

Ancorados nessas condições da ordem da linguagem e da ordem da história, que atribuem existência singular às materialidades verbo-visuais, desloca-se a concepção de um corpo biológico para a de um corpo simbólico e investe-se em uma maquinaria política de produção de subjetividades (individuais e coletivas) e de normalização conforme uma ordem moral, social e discursiva.

Na série enunciativa apresentada, composta pelas três capas, temos como referente a problematização do feminino. Nas três materialidades, há representações do corpo trans distintos, que constroem efeitos e deslocamentos sobre o que é ser mulher/feminina. A visibilidade conferida aos signos verbais e visuais – corpo, gesto, vestimenta, por exemplo – enuncia possibilidades de trânsito enquanto sujeitos femininos, questionando e produzindo verdades. O funcionamento do dispositivo da transexualidade se dá, deste modo, por meio de três grandes modos de enunciar o corpo transexual, respectivamente, de acordo com as capas exploradas: o corpo feminino **belo**, o corpo feminino **inovador** e o corpo feminino **exótico**.

O efeito de dispersão de posições-sujeito materializado nas composições verbo-visuais é produzido no interior de jogos de poder que constroem e negam identidades, reconhecem a produtividade das diferenças, tanto para o campo social como para o próprio sujeito, que sai de

uma posição marginal e invisível para construir outras subjetividades. Os três corpos, mesmo aquele que ainda está “em trânsito”, são bem-sucedidos no que concerne à reivindicação de visibilidade e de ocupação de espaços até então interditados.

O possível estranhamento de corpos imprecisos, que deslocam signos e questionam o que é ser mulher, demonstram que o funcionamento do poder pode se deslocar, investir de outras formas que não apenas pelo silenciamento da transexualidade. Na mídia, o corpo da mulher trans materializa um pensamento econômico-político em que aquele que governa sabe dizer “sim” aos desejos da população e que instaura as tecnologias disciplinares e regulamentadoras desde o corpo até a população. O corpo é, portanto, ponto de apoio para o assujeitamento dos indivíduos, em que suas condutas podem ser conduzidas, reguladas e úteis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorados nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, de base foucaultiana, para este estudo, estabelecemos como objetivo compreender práticas discursivo-midiáticas sobre o corpo transexual tal como são materializadas em capas de revistas. A partir das considerações descritivo-interpretativas elencadas, demonstramos que é na microfísica das relações sociais – espaço de luta contínua pelo estabelecimento de verdades – que os sujeitos são construídos e normalizados. A partir dos dispositivos vigentes, diferentes instituições categorizam os sujeitos por sua individualidade e associam a eles uma identidade, “impõem-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer o que os outros devem reconhecer neles” (GREGOLIN, 2008, p. 94). Nessa produção de subjetividades, ressalta-se, conseqüentemente, o desejo pelo poder. E, para isso, diferentes campos do discurso legitimam os saberes e práticas sobre os sujeitos, como a moda, o meio corporativo/empresarial e as identidades em trânsito emergentes na contemporaneidade.

Encerra-se, assim, na e pela mídia, não apenas um “olhar” sobre a o corpo trans, mas uma configuração perceptiva que traz à superfície complexas formas de organização das relações sociais. As capas, nessa perspectiva, não são responsáveis apenas pela emissão de visibilidades, mas constituem-se como condição de possibilidade de discursividades sobre a transexualidade, cujo dispositivo funciona pela produtividade do corpo enquanto efeito e desejo de poder.

O dispositivo está, portanto, “sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2007b, p. 246). Pois bem, as formas de representação que predominam nas

práticas discursivo-midiáticas sobre o corpo trans são (re)formuladas e (re)utilizadas com finalidades estratégicas diferentes, adaptando-se às exigências do dispositivo da transexualidade e intervindo nas relações de saber-poder, seja para direcioná-las, para bloqueá-las ou para estabilizá-las. A espessura midiática atende, dessa forma, em seu nível discursivo, a diferentes imperativos estratégicos que formam um dispositivo de controle.

6 REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo** – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In.: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Passagens. Lisboa: Ed. Vega, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Identidade. Objeto ainda não identificado? **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista: UESB, v.6, n. 1, 2008. p. 81-97.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.
- HASHIGUTI, Simone. **Corpo de Memória**. 2008. 124 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, São Paulo.
- MACHADO, Roberto. Introdução. In.: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- MILANEZ, Nilton. A dessubjetivação de Dolores - escrita de discursos e misérias do corpo-espço. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**. Catalão-GO, vol. 17, n. 2, p. 367-390, jul./dez. 2013
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de pesquisa**. v. 45, n. 157, p. 630-651, jul./set. 2015.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007c (Coleção Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brendão. Revisão da tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

TASSO. I. E. V. Mídia televisiva e políticas públicas de inclusão na pós-modernidade: igualdade, solidariedade e cidadania. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p.129-151.

Title

The discursive-media investment on the transexual body: the transexuality dispositive.

Abstract

This article privileges the discursive-mediatic investment on the transsexual body in contemporaneity. Joining the theoretical-methodological assumptions developed by Michel Foucault, we launch a descriptive-interpretive look at a series of enunciative magazines, considering them as places of enunciation, whose function of existence makes possible to construct thematic routes that bring to the fore significant devices and configurations that produce meanings about transsexuality. We aim to understand the functioning of the transsexuality dispositive in discursive-mediatic practices materialized in covers of magazines that deal with the transsexual body. In the analytical gesture undertaken, there were three great ways of enunciating the transsexual body: the beautiful body, the innovative body and the exotic body. In this dispersion of meanings, the discursive unity of productivity was revealed, as an emerging need to participate in other social spaces that were until then restricted to these subjects. Productivity occurs in the rupture of subjectivities, which denounces a discursive emergence of the population's government for the production and validation of truths and, consequently, for the exercise of disciplinary and regulatory practices, thanks to the positivity of power. This is because these knowledges function as discursive strategies that meet a contemporary political demand, which consists in placing the transsexual subject in the social productive chain.

Keywords

Body; transsexuality; power mechanisms; transsexual dispositive.

Recebido em: 02/11/2018.

Aceito em: 16/11/2018.